



HAL
open science

A “descoberta”: história de uma invenção semântica

Romain Descendre

► **To cite this version:**

Romain Descendre. A “descoberta”: história de uma invenção semântica. *Línguas e Instrumentos Linguísticos (Brasil)*, 2015, 35, pp.11-28. halshs-01264992

HAL Id: halshs-01264992

<https://shs.hal.science/halshs-01264992v1>

Submitted on 15 Jan 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A “DESCOBERTA”: HISTÓRIA DE UMA INVENÇÃO SEMÂNTICA (PRIMEIROS ELEMENTOS)¹

Romain Descendre

ENS de Lyon - UMR Triangle - Labex Comod

***Resumo:** Considerado um projeto em várias etapas, este ensaio apresenta um primeiro momento, no qual se busca interrogar a semântica da palavra descoberta na sua instituição, como conceito e como relato historiográfico edificante. Dessa forma, tendo como base uma perspectiva filológica aplicada ao texto, parte-se do sentido desta palavra concernente às explorações e navegações ibéricas dos séculos XV e XVI, presentes nos relatos dos primeiros autores, para uma genealogia da ideia de descoberta, que se tornou paradigmática para pensar o conhecimento, a pesquisa e o progresso científico na época moderna. Assim, neste estudo, os usos da palavra descoberta permitem tirar dois ensinamentos: por razões ao mesmo tempo semânticas e históricas, descobrir não serve para significar que se encontraram terras desconhecidas, e quando o verbo adquire esse sentido é de certo modo por acréscimo, enquanto efeito da exploração; e que é preciso também tomar consciência do fato de que um dos efeitos das políticas e dos empreendimentos voluntaristas de navegações de longo alcance e de busca de novas rotas em direção às terras asiáticas foi justamente o de modificar, de início insensivelmente e depois, a longo prazo, de modo decisivo, o que vem a ser designado como descoberta – a saber, um resultado, particularmente importante do ponto de vista cognitivo e epistemológico, atingido no decorrer de um processo de busca.*

***Abstract:** Considered a project of many stages, this essay presents the first stage in which we question the semantics of the word discovery in its institution as a concept and as an edifying historiographical report. Based on a philological perspective applied to the text, we conceive the meaning of this word concerned to the Iberian explorations and navigations during the 15th and 16th century*

described in the first authors reports, to a genealogy of the ideia of discovery that became a paradigm to think about knowledge, research and scientific progress in the modern ages. The uses of the word discovery give us two lessons: for semantics and historical reasons, to discover is not used to mean that unknown lands were found: when the verb acquires this meaning, it is somehow by an adding process, as an effect of the exploration; it is also necessary to understand that one of the effects of voluntary politics and endeavours of long distance navigations and search for new routes towards Asian lands was the modification, insensible at the beginning, but decisive afterwards, of what is designated as discovery – a result, particularly important in a cognitive and epistemological point of view, obtained in a process of searching.

A mais recente historiografia dos inícios da Idade Moderna efetuou uma revisão radical da noção tradicional das “Descobertas” ou “Grandes Descobertas”, esse cronônimo² que por muito tempo serviu para designar o período de explorações e conquistas de amplos territórios extraeuropeus, aberto pelas monarquias ibéricas no século XV. Sob o efeito dos estudos pós-coloniais, a *world history* e a “história conectada” esforçaram-se para proporcionar uma visão mais exata, porque menos eurocêntrica, dessa sequência importante: a Europa deixa de ser o único *sujeito* de um processo de expansão cujo relato por muito tempo reduziu o resto do mundo somente ao estatuto de *objeto*. Se acreditamos no autor de uma obra recente, “ninguém acredita mais na ladainha lenitiva das ‘Grandes Descobertas’ realizadas sem participação asiática ou ameríndia por visionários solitários³”.

Um dos historiadores que contribuíram para modificar nosso olhar sobre a história do mundo nos inícios da Idade Moderna, Sanjay Subrahmanyam mostrou – especialmente na esteira dos trabalhos de Jean Aubin e de Luís Filipe F. R. Thomaz⁴ – como a chegada dos portugueses no Oceano Índico não fez outra coisa senão adicionar um poder comercial e militar suplementar em uma região em que, desde há muito tempo, haviam se constituído rotas sulcadas por diversas populações. Tal perspectiva coloca em cheque a própria ideia de *Descoberta* de que os europeus se serviram para afirmar sua preeminência moderna. *Pour en finir avec les Grandes Découvertes*

[Para acabar com as Grandes descobertas]: este é o subtítulo eloquente que S. Subrahmanyam e Claude Markovits deram a um artigo de síntese cujo título principal é constituído pela tríade mais neutra *navegação, exploração, colonização*⁵. Tal injunção faz lembrar que essa noção foi imposta no século XIX pelos historiadores contemporâneos de uma nova era colonial, para nomear a primeira fase das conquistas e colonizações europeias no ultra-mar. É verdade que ela era duplamente vantajosa: permitia valorizar a ação dos colonizadores, escondendo por meio de um eufemismo os aspectos mais nocivos de suas conquistas.

Um fato, no entanto, continua digno de atenção: apesar desse cuidado hoje dedicado a uma categoria volta e meia utilizada para justificar as colonizações, para mascarar o fato político-militar das conquistas e assentar esse etnocentrismo que por muito tempo distorceu uma história do mundo escrita por seus “vencedores”, nem o próprio sentido da palavra *descoberta*, nem seus usos pelos primeiros atores concernidos foram interrogados.

Não foi sempre assim. Entre os anos 1940 e 1960, foi especialmente a partir de uma atenção renovada ao sentido que as palavras apresentavam nos contextos em que apareciam que foi possível moderar as controvérsias às vezes violentas e estéreis que por muito tempo opuseram os historiadores do século XIX e do XX, dos dois lados do Atlântico, a respeito da paternidade da “Descoberta da América”. Assim, posições tão cerradas quanto as de Henry Vignaud, Roberto Levillier ou Edmundo O’Gormann puderam ser revistas de ponta a ponta por textos de Marcel Bataillon ou Wilcomb E. Washburn sobre a “ideia” ou a “significação” da *descoberta*. São trabalhos que evidenciaram os falsos problemas devidos essencialmente ao fato de que os historiadores, como dizia Washburn, “tentaram resolver um problema sem saber previamente sobre o que eles falavam”, quer dizer, qual era o sentido preciso dessas *palavras da descoberta* que eles não paravam de empregar⁶.

Ao contrário, ainda que se questione a pertinência historiográfica da ideia de “descoberta”, os historiadores parecem hoje tomar sua significação como dada e sublinhar que seu emprego não tem nada de anacrônico⁷. Assim, o defeito da *descoberta* não residiria tanto na própria categoria quanto no uso que por muito tempo se fez dela. Não é sua significação que traria problema, mas sua instituição como

conceito e como relato historiográfico edificante. Eu sustento de minha parte que se quisermos compreender quais foram os caminhos e as escamoteações que conduziram a erigi-la como um universal historiográfico, é bem a própria categoria, suas acepções e seus empregos nos discursos dos atores que é preciso interrogar.

Antes de simplesmente rejeitar uma categoria historiográfica que se manteve por muito tempo dominante, é preciso retornar a sua origem para compreender dois aspectos de sua história. Em primeiro lugar, quais eram os usos e as significações da palavra em questão nas fontes da época? Em seguida, a partir de quando e em direção de quais processos essa palavra pôde adquirir a significação que continuamos a lhe atribuir hoje, uma significação da qual permanece geralmente indissociável o cronônimo (*Grandes Descobertas*)? Tal esforço implica, no entanto, um atento olhar filológico aos textos. Nenhuma revisão pode ignorar a questão – para dizer com as velhas palavras de Marcel Bataillon – “de saber que *sentido* tinha um acontecimento para os homens que o viveram, que sentido porventura diferente ele tomou para os homens das épocas seguintes”⁸. Isso é tão verdadeiro hoje, que a chamada história “conectada” ou “igualitária” baseia-se na comparação e na conexão não dos fatos, mas do sentido que eles adquiriram para uns ou para outros. Mas ainda hoje tal perspectiva implica necessariamente “interpretar os textos como um bom filólogo”⁹. Veremos que, se a *descoberta* considerada aqui concerne essencialmente às explorações e navegações ibéricas dos séculos XV e XVI, a abordagem que propomos pode também levar, para além dessas últimas, a uma genealogia da *ideia de descoberta*, que se tornou paradigmática para pensar o conhecimento, a pesquisa e o progresso científico na época moderna.

Um projeto em várias etapas, então, das quais abordarei aqui somente a primeira: a semântica da descoberta nos relatos dos primeiros autores. Quanto à segunda – a identificação e a interpretação das fontes, contextos e processos de constituição do sentido moderno da *descoberta* – vou ater-me somente a hipóteses que procurarei verificar em um estudo posterior. Distanciando-se da vulgata das “Grandes Descobertas” – mas também do contra-relato que a deslegitima facilmente, sem interrogar a palavra *descoberta* – uma melhor compreensão do que significaram esses acontecimentos pode ser alcançada, bem como uma reflexão mais nuançada sobre as

categorias a que elas deram origem, desde que consideremos esse fato semântico tão frequentemente ignorado: não é no sentido hoje comum de *descoberta* que a palavra era empregada pelos primeiros autores concernidos, os exploradores e os que os enviavam à vastidão.

*

1. Começemos por uma das fontes mais célebres da história das navegações portuguesas, o *Diário da Viagem de Vasco de Gama*¹⁰, texto anônimo redigido por um dos membros da primeira frota que conseguiu chegar à Índia contornando a África.

Em nome de Deus, Amém. Na era de 1497 mandou el-rei D. Manuel, o primeiro deste nome em Portugal, a descobrir, quatro navios, os quais iam em busca de especiarias, destes navios ia por capitão-mor Vasco da Gama, e dos outros: dum deles Paulo da Gama, seu irmão, e do outro Nicolau Coelho.¹¹

O autor faz recurso de um emprego intransitivo surpreendente do verbo *descobrir*. Em razão de tal emprego, foi dito a respeito desse parágrafo que ele era “tortuoso”, “caótico”, “enigmático”¹². No entanto, ainda que hoje em desuso, esse emprego intransitivo é frequente em nossas fontes. Convém interrogar seu alcance examinando outros textos da época.

Encontra-se exatamente a mesma expressão, *mandar a descobrir*, nos escritos do próprio rei Dom Manuel, na carta que ele escreve em 12 de julho de 1499 aos Reis Católicos para lhes anunciar a novidade: “Sabeem vossas altezas como tínhamos mandado a descobrir vasquo dagama fidallguo de nosa casa, e com elle paullo dagama ssuo irmaão com quatro navios pello oceano”¹³. *Descobrir*, entendido de modo estrito, é a missão confiada ao navegador por ordem do rei (*tínhamos mandado*). Outras fontes confirmam que esse uso era igualmente frequente nos navegadores castelhanos e italianos. Assim, Américo Vespúcio, em sua primeira carta manuscrita (29 de julho de 1500), de retorno da viagem que o leva pela primeira vez às costas setentrionais da América do Sul, à custa dos soberanos espanhóis, escreve o seguinte a seu mestre Lorenzo di Pierfrancesco de Medici:

Vossa Magnificência deve ter sabido que, por meio de uma comissão recebida de Sua Alteza, o rei da Espanha, parti com duas caravelas, em 19 de maio de 1499, para ir descobrir, pelo oceano a oeste.¹⁴

Esse uso intransitivo não é exclusivo: o emprego transitivo aparece algumas folhas adiante¹⁵. Mas ele não tem nada de isolado e retorna frequentemente¹⁶, sobretudo nas cartas escritas no retorno da viagem que Vespúcio faz, dessa vez à custa de Portugal, em 1501-1502, a fim de reconhecer as costas da “Terra da Vera-Cruz”, o litoral brasileiro assim nomeado por Pedro Álvares Cabral, que aí havia acostado um ano antes. *Descobrir* é uma atividade adequada para definir e justificar um certo tipo de navegação:

Porque partimos a fim de descobrir [*i.nome di discoprire*], e essa era nossa missão ao deixar Lisboa, e não ir em busca de algum proveito, não nos preocupamos em ir em busca da terra nem de algum proveito.¹⁷

Também aí *discoprire*, utilizado de modo restrito, tem uma dimensão oficial, que corresponde ao mandato com o qual o soberano encarrega o piloto Vespúcio. A expressão *in nome di discoprire* define a particularidade da missão: uma atividade específica, uma das modalidades ou funções da navegação, por oposição a outras viagens que poderiam ter um fim político-militar ou comercial. *Descobrir* significa nesse caso navegar para conhecer e reconhecer.

O emprego intransitivo de *descobrir* é igualmente frequente no castelhano de Colombo, que navegava “siempre con intención de descubrir” e que falava da descoberta como de um “ofício”, queixando-se de que seu navio, pesado demais, fosse mal adaptado “para el officio de descubrir”¹⁸.

O que se pode a partir disso chamar de intransitividade da descoberta não tem, então, nada de “tortuoso” nem de inabitual. Ela pode aparentar isso para o historiador, se ele atribuir simplesmente ao verbo *descobrir* a significação que lhe é dada em nossos dias. Para aqueles que *descobriam*, o verbo tinha um sentido técnico, proveniente do ofício da navegação, e definia as tarefas que os patrocinadores atribuíam aos navegadores. É uma significação, então,

que tem também um lado oficial e político: dando sequência a seu predecessor D. João II, trata-se da escolha de uma repetição do *descobrimento* que D. Manuel faz, na rota das Índias, em busca do Preste João – conforme o nome legendário que os europeus da Idade Média davam ao Negus da Etiópia – e outros reinos e povos cristãos. Essa escolha tinha sido abandonada durante uma dezena de anos, após o retorno de Bartolomeu Dias, em proveito de um desenvolvimento do comércio da Guiné e do Mediterrâneo. Tanto que se fazia oficialmente a distinção entre a viagem de Vasco da Gama, em 1497-1499, que não era definida como *viagem*, mas como *descobrimento*, e a de Cabral, em 1500, considerada como a “primeira viagem” às Índias¹⁹. No entanto, como outras fontes confirmam, essa *descoberta* – ou antes, esse *descobrimento*, conforme a palavra francesa do século XVI, que traduz bem melhor, assim como em português ou em castelhano, a dinâmica da viagem de descoberta antes do que seu resultado – não corresponde de modo algum, na língua de seus protagonistas, à ideia das “Grandes Descobertas” que mais tarde serviu para designar suas explorações.

2. De modo geral, a única evocação do *descobrimento da Índia*, em fontes anteriores ou contemporâneas às viagens de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama, basta para demonstrar que “descobrir” não equivale a encontrar um espaço desconhecido: ninguém duvidava da existência dessa Índia que se tratava justamente de reencontrar depois que outros o haviam feito por outras rotas. “Descobrir a Índia” levava a atingi-la, por uma via nova, a fim, sobretudo, de por si mesmo reconhecê-la²⁰. É assim que Cristóvão Colombo havia concebido ao mesmo tempo o objetivo e o resultado de sua missão: como ele afirmava no *Diário* de sua primeira viagem, ele tinha “descubierto las Indias”, o que não significava de modo algum a *descoberta* – no sentido moderno – de um novo continente, mas a instauração de uma nova rota para alcançar a China de Marco Polo, de uma nova “derrota de las Indias”²¹. Em sua carta de outubro de 1498, aos Reis Católicos, quando faz o levantamento das terras que conquistou em seu nome, ele menciona notadamente “uma vasta porção de terra firme, bem conhecida dos Antigos, e que não é ignorada, contrariamente ao que dizem os ambiciosos ou os ignorantes²²”: a seus próprios olhos, com exceção de várias ilhas onde nenhum europeu havia navegado

precedentemente, Colombo não tinha *descoberto* nada no sentido moderno do termo, e certamente não um novo continente. Contrariamente ao que ousava afirmar alguns de seus contemporâneos, o que ele fez foi somente reencontrar, explorar e reconhecer – em resumo, *descubrir* – terras de que os Antigos conheciam muito bem a existência.

Além disso, as terras reunidas no Codex Vaglianti mostram que *scoprire* ou *discoprire* tinha na língua toscana dos mercadores florentinos de Lisboa um sentido essencialmente naval, até mesmo cartográfico. Após o retorno de Vasco da Gama, um deles escreve que os portugueses, ao longo da África, “descobriram aproximadamente 1800 léguas de terra nova [...] fora o que já tinham descoberto”²³: no decorrer de suas navegações, sua ação consiste bem em *descobrir* uma certa distância de terras, quer dizer, simplesmente levar mais adiante sua navegação ao longo das costas. Os navegadores “descobrem” a rota das especiarias, que eles medem pelo número de léguas das costas que eles igualmente “descobrem”²⁴. Todos têm consciência de que, indo a Calicute, eles apenas reencontram uma rota que navegadores e comerciantes árabes praticavam há muito tempo²⁵.

A “descoberta da Índia” não é outra coisa senão o reconhecimento de uma rota que já se sabia possível. Então, Vespúcio criticava precisamente os portugueses quanto a esse ponto, por meio de uma glosa que tratava do sentido mesmo do verbo *descobrir*. Em uma carta escrita de Sevilha, em 28 de julho de 1500, de retorno de sua viagem sob a bandeira castelhana, ele comenta nesses termos a viagem de Vasco da Gama:

Penso que Vossa Magnificência obteve informações dessas novas terras encontradas pela frota que o rei de Portugal, há dois anos, enviou para descobrir pelos lados da Guiné: uma viagem como essa eu não chamo descobrir, mas andar pelo já descoberto; com efeito, como verás no mapa, sua navegação segue continuamente a terra à vista, e eles contornam toda a terra da África por sua parte austral, que é uma província de que falam todos os autores da cosmografia.²⁶

O florentino defende uma concepção da descoberta que já pode parecer mais próxima daquela que vai se impor em seguida, já que o

desconhecido desempenha aí um papel primordial. Mas ele reivindica, sobretudo, uma concepção da navegação que se pode qualificar de “colombiana” ou de ítalo-castelhana, que ele opõe diretamente à tradição marítima portuguesa: depois de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio acaba de atravessar o Atlântico e de explorar várias centenas de milhas do continente sul-americano. No entanto, também para ele, *descobrir* não significa sempre *encontrar terras desconhecidas*. O verbo designa ainda uma das modalidades da navegação, que consiste em explorar mares e costas das quais se desconfia ou das quais já se conhece a existência²⁷. Com duas condições, entretanto: que os navios usem se lançar ao longe no oceano; que eles não se contentem em seguir os mapas estabelecidos a partir das *auctoritates* da ciência geográfica. Certamente, Vespúcio exagera um pouco quando afirma que “todas as autoridades da cosmografia” evocam a circum-navegação da África²⁸. É verdade, por outro lado, que a navegação dos portugueses era fundamentada nas informações e nos conselhos que eles haviam retirado da melhor cosmografia italiana do século XV: em particular junto ao monge camaldulense de Veneza, Frei Mauro, em 1540, e depois, vinte anos mais tarde, junto ao sábio florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, para quem o contorno da África aparecia como uma solução possível²⁹. Mas Vespúcio defende, sobretudo, uma ideia da *descoberta* que inverte a relação entre a experiência da navegação e a ciência estabelecida: *descobrir* não é seguir as indicações dos sábios, mas explorar novas vias que conduzem justamente para além do que já conheciam os “*altri*”. Segue que *descobrir*, para todos, portugueses, castelhanos ou italianos, é essencialmente explorar e abrir uma nova via³⁰.

3. Poder-se-ia objetar que a escolha das fontes pode apresentar um viés e orientar unilateralmente a significação da palavra. Afinal, é muito normal que textos que tratam das explorações utilizem *descobrir* no sentido de *explorar*. Mas o sentido da palavra continuaria o mesmo em documentos que reivindicam explicitamente a descoberta de uma terra desconhecida?

Tomemos o caso dessa peça fundadora da história do Brasil, que é a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, escrita no local, entre o final de abril e maio de 1500, por um dos membros da frota de Cabral para anunciar a D. Manuel sua chegada às costas de uma “terra nova”. A

descoberta não se diz aí *descobrimento* (e menos ainda *descoberta*, já que o substantivo formado com particípio passado só aparece mais tarde), mas *achamento* (Vaz de Caminha anuncia ao rei o “achamento desta terra”), nome constituído a partir do verbo *achar*. Quanto a *descobrir*, o verbo, mais uma vez, significa claramente explorar, a fim de conhecer melhor os lugares: o texto incita o rei a enviar a essa terra outros navios “*para a melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber*”³¹. Na verdade, o verbo é pouco empregado, contrariamente a *achar*, que retorna incessantemente e permanecerá também o verbo chave da carta que D. Manuel enviará aos Reis Católicos, logo após o retorno de Cabral, para mantê-los informados de que desta vez ele “achou” uma terra nova³².

Os relatos dos exploradores reservavam, então, à *descoberta* um sentido muito técnico. Estes últimos haviam recebido esse termo da língua militar, como mostram as fontes provenientes das guerras que os portugueses travavam contra os “mouros” em Marrocos. O texto que ele utiliza mais frequentemente no século XV é a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, do humanista e cronista real Gomes Eanes de Zurara (1464-1468), que relata a “guerra santa” dos portugueses na África do Norte³³. Aquele que “descobre” é aí o batedor, o soldado que se envia para reconhecer os lugares antes de um ataque ou uma invasão³⁴. Descobrir correspondia simplesmente a uma das ações indispensáveis a toda conquista militar e tinha pouca relação com uma pesquisa desinteressada do desconhecido. Pode-se ainda ressaltar que, também em francês, *descoberta* foi por muito tempo um “termo de guerra e de mar”, conforme as palavras de Littré: “*aller à la découverte, aller en avant d’une armée navale ou de terre pour trouver l’ennemi, reconnaître ses forces et savoir la route qu’il tient*” [ir à descoberta, ir à frente de uma armada naval ou terrestre para encontrar o inimigo, reconhecer suas forças e saber a rota que ele mantém]³⁵. No *Dictionnaire de l’ancienne langue française*, elaborado por Godefroy, o único sentido de *descouvrir* relacionado com as navegações é “percorrer para ver, para explorar”; quanto ao *descobridor*, ele é o batedor, ou o precursor, no contexto militar.

O primado do sentido militar do verbo *descobrir* no português do século XV não deve ser subestimado. Ele reflete, no domínio linguístico, esse fato histórico de importância maior: o que se habituou designar como as *Descobertas* portuguesas na África foi por muito

tempo uma cruzada contra os inimigos infiéis, uma guerra santa travada com o objetivo de conquistar Marrocos. Era o caso na época do Infante Henrique (o Navegador); isso continuou ainda quando a *descoberta* das costas africanas, sob João II e mais ainda sob Manuel I, tinha como principal objetivo reencontrar o reino cristão do Preste João, de maneira a tomar o mundo islâmico como refém. O objetivo das navegações portuguesas não era explorar novas terras, nem mesmo encontrar a rota das especiarias, mas abrir a rota que permitiria pegar os “mouros” desprevenidos, em uma lógica que permanecia, antes de tudo, a da cruzada, relançada especialmente para um D. Manuel imbuído, assim como Colombo, de ideias messiânicas³⁶. Assim como as navegações armadas das Cruzadas se transformaram em navegações de explorações e de conquistas das novas terras, a palavra *descoberta*, que designava a localização das forças inimigas, emancipou-se do campo único da guerra naval para designar a exploração marítima, e enfim, somente mais tarde, o fato de se ter encontrado – *achado, hallado* – e conquistado terras até então desconhecidas.

Certamente, encontra-se ocasionalmente, nas fontes e na literatura de viagens da virada do século XVI, esse último sentido, mais moderno, em virtude do qual, por metonímia, o termo vem a designar um dos resultados possíveis da atividade que ele denota em primeiro lugar. Mas, durante muito tempo, esse último sentido permaneceu minoritário. Assim, em um dos principais historiadores das *descobertas* portuguesas, Fernão Lopes de Castanheda, o sentido antigo continua a dominar muito claramente. Desde as duas primeiras páginas de sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, aparecida em 1551, em não menos de onze ocorrências de *descobrimento* ou *descobrir*, somente uma pode eventualmente significar o que chamamos hoje *descobrir*³⁷. Os reis João II e Manuel enviaram a *descobrir* “a Índia”, “a costa da Guiné”, “o Preste João das Índias”, e o conjunto desse *descobrimento* se faz em parte *per mar*, em parte *por terra*; somente a menção da descoberta, por Dias, do Cabo da Boa Esperança, *aquel muyto grande e espantoso cabo dos antigos não conhecido*, permite pensar que um sentido novo aparece na passagem – mas tratar-se-ia então de um deslizamento a partir de um sentido primeiro, que permanece onipresente³⁸. Alguns anos mais tarde, o *Tratado dos descobrimentos* de Antonio Galvão, que aparece

em Lisboa, em 1563, não atribui nenhum privilégio às descobertas portuguesas e espanholas e estabelece, pelo contrário, uma continuidade, na longa duração, das viagens, navegações e explorações de todas as ordens – tal é o sentido particularmente amplo que ele dá à palavra *descobrimientos* – efetuadas desde a mais alta Antiguidade até em 1550³⁹. É aí uma tomada de partido que tinha sido de algum modo preparada pelo veneziano Giovan Battista Ramusio em suas *Navigazioni e viaggi* publicadas de 1550 a 1559: nessa suma que, como seu título indica, valorizava mais os empreendimentos de exploração de todos os gêneros do que somente as *descobertas* no sentido moderno do termo, um interesse particular era dedicado tanto aos gregos ou cartagineses dos tempos antigos quanto aos venezianos da Idade Média que, por muito tempo, antes dos portugueses e dos espanhóis, haviam feito *discoprimenti* igualmente dignos de interesse⁴⁰. Trata-se aí de um texto em que o verbo *descobrir*, regularmente empregado em um sentido já moderno, guarda uma amplitude semântica particularmente extensa, recobrando o conjunto das experiências das *navegações* e *viagens*.

*

O estudo dos usos das palavras da *descoberta* nos permite de agora em diante tirar dois ensinamentos úteis. Onipresente nas fontes, o verbo *descobrir* designa aí o ofício dos exploradores e as missões que lhes confiam os soberanos que decidiram fazer de tudo para atingirem as Índias por uma via que lhes será própria. Por razões ao mesmo tempo semânticas e históricas, *descobrir* não serve para significar que se encontraram terras desconhecidas, e quando o verbo adquire esse sentido é de certo modo por acréscimo, enquanto efeito da exploração. Falar de uma era das *descobertas* é mais do que legítimo se conservarmos no termo esse sentido próprio e o reservarmos para as políticas voluntaristas de navegações de longo alcance e de busca de novas rotas em direção às terras asiáticas.

Mas – segundo ensinamento – é preciso também tomar consciência do fato de que um dos efeitos dessas políticas e desses empreendimentos foi justamente o de modificar, de início insensivelmente e depois, a longo prazo, de modo decisivo, o que vem a ser designado como *descoberta* – a saber, um resultado,

particularmente importante do ponto de vista cognitivo e epistemológico, atingido no decorrer de um processo de busca. Se esse for o caso, é preciso convir que as famosas *Grandes Descobertas* se encontram em parte fortalecidas enquanto marcadoras da “modernidade” europeia e que por muito tempo continuará difícil “acabar” com elas, a despeito do etnocentrismo que elas testemunham. Resta, no entanto, precisar quando e, sobretudo, em que textos e contextos o sentido moderno do verbo *descobrir* adquire uma importância tal que chega a suplantar o sentido antigo.

A hipótese que procurarei sustentar na próxima etapa deste trabalho é a seguinte: esse sentido moderno começa a surgir com os contenciosos que opunham, a partir do último terço do século XV, as coroas de Portugal e de Castilha a respeito de suas respectivas navegações, particularmente nos textos que têm vocação a regulá-los. É com efeito nesse quadro preciso que a *descoberta* como atividade cede espaço à *descoberta* como título de propriedade e de conquista – quer dizer, a palavra que finalmente traduziu a noção jurídica de *inventio*. Dito de outro modo, tanto o uso, quanto o sentido tomado em seguida pela palavra, somente foram fixados após os acontecimentos dos quais ela se torna a antonomásia, mas tal evolução teria sido particularmente favorecida pelos processos político-jurídicos que eles desencadearam. Uma origem política, então, da fixação do sentido moderno da *descoberta*. Se for justa, tal hipótese poderia ter alguma incidência na história dos saberes e da epistemologia modernas.

Tradução: José Horta Nunes
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: *Descoberta; Relatos dos primeiros autores; Filologia.*

Keywords: *Discovery; First authors reports; Philology.*

Notas

¹ Este texto é o resultado de pesquisas realizadas no âmbito da “Cátedra francesa em São Paulo”, da qual fui o titular em 2014 e que me permitiu efetuar uma estadia de quatro meses no Instituto de Estudos da linguagem (IEL) da Unicamp. Agradeço a

Eduardo Guimarães, que me acolheu em seu seminário, bem como aos estudantes e colegas que o assistiram, cujas observações me foram muito úteis.

² Sobre essa noção, ver o dossiê “Chrononymes. La politisation du temps” na revista *Mots. Les langages de la politique*, 87, 2008. Disponível em: <<http://mots.revues.org/11532>>. Acesso em 31 ago. 2015.

³ R. Bertrand, *L'Histoire à parts égales. Récits d'une rencontre Orient-Occident (XVI^e-XVII^e siècle)*. Paris: Éditions du Seuil, 2011, p. 13. Dentre outros títulos, citemos especialmente S. Subrahmanyam. *Vasco de Gama. Légende et tribulations du vice-roi des Indes*. Paris: Alma, 2012 (ed. or. 1997); D. Chakrabarty, *Provincialiser l'Europe. La pensée postcoloniale et la différence historique*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009 (ed. or. 2000); S. Gruzinski. *Les Quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*. Paris: La Martinière, 2004; S. Subrahmanyam. *Explorations in Connected History*, 2 vol., Oxford: Oxford University Press, 2005; P. Boucheron (org.). *Histoire du monde au XV^e siècle*. Paris: Fayard, 2009.

⁴ Ver os trabalhos de J. Aubin reunidos nos três volumes *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales* (I et II. Lisboa-Paris, 1996 e 2002) e *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel (1495-1521)* (III. Paris, 2006), assim como os de L. F. F. R. Thomaz agrupados no *De Ceuta a Timor*. Alges: Difel, 1994.

⁵ C. Markovits; S. Subrahmanyam. Navigation, exploration, colonisation. Pour en finir avec les Grandes Découvertes. In P. Boucheron (Org.). *Histoire du monde au XV^e siècle*, cit., p. 603-618.

⁶ W. E. Washburn. The Meaning of ‘Discovery’ in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. *The American Historical Review*, 68, 1, 1962, p. 1-21 (11). O artigo de M. Bataillon, L’idée de la découverte de l’Amérique chez les Espagnols du XVI^e siècle (d’après un livre récent). *Bulletin Hispanique*, 55, 1, 1953, p. 23-55, discute o livro de E. O’Gormann. *La idea del descubrimiento de América. Historia de esa interpretación y crítica de sus fundamentos*. México: Centro de Estudios Filosóficos, 1951, e tem continuidade em M. Bataillon; E. O’Gormann. *Dos concepciones de la tarea histórica con motivo de La idea del descubrimiento de América*. México: Centro de Estudios Filosóficos, 1955. Ver também H. Vignaud. *Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb*. Paris: Welter, 1911 e R. Levillier. *América la bien llamada*. 2 vol.. Buenos Aires: G. Kraft, 1948.

⁷ P. Boucheron lembra com razão que “le terme de *descubrimiento* apparaît déjà sous la plume de Christophe Colomb” [o termo *descobrimiento* aparece já nos escritos de Cristóvão Colombo] e avalia que “l’idée de ‘découverte’ n’est en rien un anachronisme” [a ideia de ‘descoberta’ não é de modo algum um anacronismo]: P. Boucheron. Qui a inventé les Grandes Découvertes? 355, *L’Histoire*, dossiê “Les Grandes Découvertes”, julho de 2010, p. 8.

⁸ M. Bataillon, art. citado, p. 23.

⁹ *Ibid.*, p. 36.

¹⁰ Surgido em 1834, o texto foi editado pela primeira vez em 1838. Sobre a história de sua edição, ver S. Subrahmanyam. *Vasco de Gama, op. cit.*, p. 111-114.

¹¹ *Diário da viagem de Vasco da Gama*. A. Baião; A. de Magalhães Basto; D. Peres (Orgs.). Porto: Livraria Civilização, 1945.

¹² S. Subrahmanyam. *Vasco de Gama, op. cit.*, p. 115.

¹³ Carta original del rey D. Manuel de Portugal á los Reyes Católicos participándoles el descubrimiento de las Indias orientales por Vasco de Gama. Biblioteca de la Real Academia de la Historia, colección de Salazar A 10, fol. 15r.-v., in Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicados por ordem do Governo da Sua Majestade Fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentaria do descobrimento da America. Lisboa, 1892, p. 95-96.

¹⁴ “Arà inteso, Vostra Magnificenza, come per comeseione della Alteza di questo re di Spagna mi parti’ con duo carovelle a di 18 di maggio 1499 per andare a discoprire alle parte de l’occidente per via del mare Oceano”; cito o texto manuscrito das miscelâneas de Piero Vaglienti, a mais rica fonte de informações sobre as *descobertas* na época, produzidas pelos florentinos presentes na península ibérica. *Iddio ci dia buon viaggio e guadagno: Firenze, Biblioteca Riccardiana, ms. 1910 (Codice Vaglienti)*, ed. crítica organizada por L. Formisano. Firenze: Polistampa, 2006, p. 106 (f. 41ra-41rb). Citado daqui em diante como *Codice Vaglienti*, seguido dos números das folhas e das páginas.

¹⁵ “E stemo in questo viaggio 13 mesi, corendo grandissimi pericoli e discoprendo infinitissima tera de l’Asia e gran copia d’isole”. *Codice Vaglienti*, f. 46rb (p. 113).

¹⁶ Assim, sempre na mesma carta: “Qui m’armano questi re 3 navili perché nuovamente vada a discoprire, e credo che saranno presto a ½ setembre”. *Ibid.*, f. 46vb (p. 114).

¹⁷ “Perché andamo i nome di discoprire, e con tal comeseione ci partimo di Lisbona, e non di cercare alcuno profitto, non c’inpaciamo di cercare la terra né in essa cercare alcuno profitto”. Terceira carta manuscrita de Vespúcio, 1502, *ibid.*, f. 55rb (p. 125).

¹⁸ C. Colón. *Los cuatro viajes. Testamento*. C. Varela (Org.). Madri: Alianza Editorial, 2004, p. 152 (*primer viaje, Miércoles, 26 de Diciembre* [1492]).

¹⁹ J. Aubin. *Le Latin et l’Astrolabe*. III. *Op. cit.*, p. 255-304.

²⁰ Na carta de janeiro de 1500, por meio da qual Manuel I outorga a Vasco de Gama o título de Almirante das Índias, parece que a novidade do “*descobrimento*” reside no fato de se ter chegado à Índia contornando a África, “pays qui n’avait jamais été atteint par là” [país que nunca havia sido alcançado por ali”. Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. *Livro dos Místicos*, I, f. 204. In A. C. Teixeira de Aragão. *Vasco da Gama e a Vidigueira: estudo historico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, doc. 14, p. 224-225. Sobre esse texto, ver S. Subrahmanyam. *Vasco de Gama, op. cit.*, p. 214-217.

²¹ C. Colón. *Op. cit.*, p. 187 (*Lunes, 18 de hebrero* [1493]).

²² “[...] tanta parte de la tierra firme, de los antiguos muy cognosçida, y no ignota, com quieren dezir los embidiosos, ó ignorantes”. *Raccolta di documenti e studi pubblicati dalla R. Commissione colombiana pel quarto centenario dalla scoperta dell’America*. Roma: 1894, I, II, p. 47.

²³ Girolamo Sernigi. Carta de Lisboa, 10 de julho de 1499. *Codice Vaglienti*, f. 61rb (p. 131): “Scoprino di terra nuova circa di leghe 1800 [...] fuora a quello che avevano scoperto”.

²⁴ Guido Detti escreve em 10 de agosto de 1499: “ò trovato arivato qui una nave di questo re di Portogallo che fu a discoprire le spezierie in conserva di tre altre navi di

questo medesimo re, le qua’ partinno, tute di conserva, già sono valichi 2 anni e ànno discoperto di nuovo paese circa a leghe 4000”. *Ibid.*, f. 68rb (p. 141-142).

²⁵ Como mostram estas informações transmitidas por G. Detti: “Èvi infinite navi, e quivi è la propria fonda di tute le spezierie le qua’ vengono di Levante. Le quali spezierie conducono con esse nave a uno stretto del cavo della Arabia dove mete i.mare uno ramo del Mare Rosso [...]”. *Ibid.*, ff. 68rb-68va (p. 142). Os florentinos estão diretamente interessados por essa nova rota, enquanto mercadores instalados em Lisboa; eles contribuem em primeiro lugar para armar as frotas, financiar as viagens e participar dos comércios controlados pelos portugueses há várias décadas. Esse interesse econômico é também político, ou melhor, geopolítico: os florentinos percebem imediatamente tudo o que os venezianos têm a perder com esse negócio, assim como seus fornecedores mamelucos. É o que diz ainda, dentre outros, Detti, que imagina que, após essa viagem de Vasco da Gama, os venezianos não têm outra alternativa senão “voltarem a ser pescadores”: “faciàn conto el soldano n’abi una cativa nuova e che e’ Veniziani, per perdersi e’ trafichi di Levante, abino a tornare pescatori, perché veranno a pregio le spezierie per questa via, che loro non ne potranno condurre.”, f. 69vb (p. 144). Aquilo que os venezianos perderão, pensa Detti, os florentinos poderão recuperar, desde que consigam retomar Pisa e seu porto: “Stimasi, riavendosi Pixa, questo re farebe stapola in Porto Pisano, per eser la migliore scala d’Italia e a lui più comoda” (*ibidem*). A observação é ainda mais incisiva na medida em que nessa época (agosto de 1499) Veneza é o principal apoio dos pisanos em sua resistência contra os florentinos que os assediam.

²⁶ “Credo Vostra Magnificenza arà inteso delle nuove terre ch’à trovato l’armata che due anni fa mandò e.re di Portogallo a discoprire alle parte di Ghinea: tal viaggio come quello, non lo chiamo io discoprire ma andare pel discoperto, perché, come vedrete per la figura, la loro navigazione è di continuo a vista di tera, e volgono tutta la terra de l’Africa e parte de l’austro, perch’è provincia dela quale parlano tutti li altori della cosmografia.”. *Codice Vaglianti*, f. 47ra (p. 114).

²⁷ São raros os especialistas que sublinham que o sentido antigo do verbo residia no esforço de exploração. Citemos, todavia, João Franco Machado, que havia ressaltado que “*Descobrir* não significava apenas *achar por acaso*. Era, antes, resultado de calculado *esfôrço de busca* de uma terra de cuja existência havia conhecimento prévio, ainda que vago ou errôneo”. F. Machado. O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XIV. In *História da expansão portuguesa no Mundo*. A. Baião; H. Cidade; M. Múrias (Org.), vol. I. Lisboa: Editorial Atica, 1937, p. 272-273; assim como Ilaria Luzzana Caraci, que mais recentemente assinalou que o verbo indicava nos textos dessa época “*toute expérience à caractère exploratoire*” [toda experiência de caráter exploratório]: I. Luzzana Caraci. “*Per lasciare di me qualche fama*”. *Vita e viaggi di Amerigo Vespucci*. Roma: Viella, 2007, p. 142.

²⁸ Acrescentemos que isso é injusto em relação aos portugueses. O contorno do Cabo da Boa Esperança era efetuado ao custo da *volta do largo*, que consistia em se distanciar muito em direção ao oeste pelo oceano para evitar a bonança do golfo da Guiné e reencontrar ventos muito mais favoráveis em direção à África meridional: é essa manobra, tornada tradicional, que está provavelmente na origem da primeira acostagem portuguesa nas costas do Brasil.

²⁹ Sobre o mapa do mundo que ele elaborou a pedido do rei D. Afonso, em 1455, Frei Mauro havia claramente colocado em evidência a possibilidade de chegar à Ásia por meio do contorno da África. A carta de Paolo del Pozzo Toscanelli era uma resposta às informações que o mesmo Afonso V, em 1474, lhe havia solicitado a respeito da melhor rota para chegar às Índias. Se, como se sabe, ele aconselhou pegar a via ocidental, que ele considerava mais direta e sobretudo mais curta que a rota africana, ele também considerava esta última – “pela Guiné” – como uma possibilidade evidente. Ver H. Vignaud. *La lettre et la carte de Toscanelli sur la route des Indes par l’ouest adressées en 1474 au Portugais Fernam Martins et transmises plus tard à Christophe Colomb. Étude critique sur l’authenticité et la valeur de ces documents et sur les sources des idées cosmographiques de Colomb, suivie des divers textes de la lettre de 1474 avec traductions, annotations et fac-similé*. Paris: Leroux, 1901, p. 264.

³⁰ É exatamente essa concepção que se encontra em uma outra passagem da carta já citada de Guido Detti, quando ele sublinha a decisão de D. Manuel de manter secretos os mapas náuticos estabelecidos graças à navegação de Vasco da Gama. “Questo re à fato tórre tutte le carte da navicare sotto pena la vita e confiscazione de’ loro beni, cioè tutte quelle che danno lume di questa costa, perché non si sappi quella gita overo l’andare a camino per quelle bande, acciò non vi si meta altra gente. Credo potrà ben fare, ma tuto s’à a sapere e àvire a metere ad andare de li altri navili”, *Codice Vaglianti*, ff. 70va - 70vb. Impedir que o trajeto seja divulgado: a rota descoberta deve certamente ser anunciada, mas certamente não traçada, descrita ou mostrada. Detti expressa todo o seu ceticismo na medida em que essa navegação será necessariamente adotada por muitos outros navios.

³¹ “Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim igualmente os outros capitães escrevam a Vossa Alteza dando notícias do *achamento* desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação *se achou*, não deixarei de também eu dar minha conta disso a Vossa Alteza [...] E então o Capitão perguntou a todos e nos parecia bem mandar a nova do *achamento* desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, *para a melhor a mandar descobrir* e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos adiante na nossa viagem [...]”, *A carta de Pêro Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Silvio Castro (introdução, atualização e notas). Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 76 e 85 (os itálicos são meus).

³² “O dito meu capitão com treze naos partio de Lixboa a ix de Março do anno passado e nas outavas de Páscoa seguinte chegou a ùa terra que novamente descobrio, a que pôs nome Sancta Cruz; em que achou as gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas; a qual pareceo que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conviniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corregeo suas naos e tomou água; e polo caminho grande que tinha pera andar nom se deteve pera se enformar das cousas da dita terra, somente dali me enviou um navio a me notificar como a achara, e fez-se a caminho, via do Cabo de Boa Esperança”. Carta citada por L. F. F. R. Thomaz. D. Manuel a Índia e o Brasil. *Revista de História*, 161, 2009, p. 44.

³³ O aplicativo *online* “Corpus do português” (disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 31 ago. 2015), permite buscas lexicográficas e comparações de ocorrências de obras portuguesas antigas, que deixam poucas dúvidas sobre o sentido dominante que o termo tinha no século XV.

³⁴ Somente o verbo parece de uso frequente. O termo *descobrimento* é quase inexistente no século XV, ao passo que se tornará de uso massivo no século seguinte. Observemos, aliás, que uma outra crônica importante de Zurara, a pretensa *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* – principal documento que retraça os gestos do infante Dom Henrique (o Navegador) – só recebeu esse título tardiamente e se intitulava na realidade *Crónica na qual som scriptos todollos feitos notavees que se passaram na conquista de Guinee* (1453).

³⁵ E. Littré. *Dictionnaire de la langue française*. s. v. “découverte”.

³⁶ Sobre o conjunto dessas questões, ver sobretudo os trabalhos de J. Aubin e de L. F. F. R. Thomaz; deste último, particularmente: *Le Portugal et l’Afrique au XV^e siècle: les débuts de l’expansion. Arquivos do Centro Cultural Português*, 26, 1989, p. 61-256, bem como os textos reunidos em *De Ceuta a Timor*, *op. cit.*

³⁷ F. L. de Castanheda. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Livro I e II. P. de Azevedo (Org.). Coimbra, 1924, p. 5-6.

³⁸ Dessa única ocorrência, isolada entre tantas outras, S. E. Morison, citando o texto de Castanheda, deduzia que o sentido moderno existia tal qual no século XVI: parece-nos, ao contrário, bem mais surpreendente que essa acepção ainda continue minoritária em 1551. (S. E. Morison, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1940, pp. 9-10).

³⁹ A. Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*. Visconde de Lagoa (Org.). Porto: Livraria Civilização editora, 1944. Observemos que o título original não era aquele que se impôs mais tarde: *Tratado [...] dos diversos & desvayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India às nossa partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta*, onde se vê que *descobrimientos* apenas completa *caminhos*.

⁴⁰ G. B. Ramusio. *Navigazioni e viaggi*. M. Milanese (Org.). 6 vol.. Torino: Einaudi, 1978-88. Ver R. Descendre e F. Lejosne. Giovanni Battista Ramusio et la ‘conférence’ des récits: Anciens et Modernes dans les *Navigazioni e viaggi*. In *Le présent fabriqué (Espagne-Italie, XV^e-XVII^e siècles)*. F. Crémoux; J. L. Fournel; C. Lucas (Orgs.). Paris: Classiques-Garnier, no prelo.